



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

5939 - Trabalho Completo - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

PESTE E NECROPOLÍTICA: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL, EM MEIO À PANDEMIA MUNDIAL DE COVID-19

Cibele Cheron - PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes (PNPD)

PESTE E NECROPOLÍTICA: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL, BRASIL, EM MEIO À PANDEMIA MUNDIAL DE COVID-19

O presente estudo enfoca os docentes da rede pública estadual do Rio Grande do Sul, Brasil, durante a pandemia mundial de COVID-19. Buscamos compreender os principais fatores de precarização do trabalho desses docentes e verificar como as circunstâncias relativas à pandemia podem tê-los agravado, à luz de um referencial teórico interdisciplinar.

No dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou situação de pandemia mundial em virtude do aumento de casos relacionados à COVID-19 em vários países. No Brasil, o primeiro caso da doença havia sido reportado no dia 26 de fevereiro e, no Rio Grande do Sul (RS), a primeira contaminação foi confirmada no dia nove de março. No dia 23 do mesmo mês, a Secretaria Estadual de Educação (SEDUC-RS) anunciou a suspensão de todas as atividades presenciais na rede estadual de ensino e estabeleceu o regime excepcional de teletrabalho para os servidores.

Todavia, é necessário salientar que a pandemia recaiu sobre um contexto laboral já bastante precário, para o qual contribuem diversos fatores, desde os associados à crise do trabalho e à reestruturação produtiva, inerentes ao modelo neoliberal, até a retração de direitos sociais, a desestruturação do serviço público e a desvalorização das carreiras do magistério na Educação Básica. Integram esse contexto o recebimento de remunerações baixas, pagas em atraso e parceladamente desde maio de 2015, levando a expressivas quedas na qualidade de vida dos docentes. As condições de trabalho também são fortemente afetadas, com redução significativa de investimento público no setor e diminuição do quadro de pessoal (DIEESE, 2019). Pesam, ainda, as propostas governamentais de modificação dos planos de carreira do magistério e de reforma da previdência estadual. (SEFAZ-RS, 2020).

Importante frisar que as escolas públicas estaduais, em sua maioria, estão inseridas em comunidades de baixa renda, nas quais os índices de violências e de vulnerabilidades sociais são bastante elevados. Os educadores convivem com o desafio cotidiano de fornecerem não

apenas ensino, mas também alimentação, saúde e acolhimento aos estudantes e suas famílias, sem que, para isso, contem com preparo, recursos ou mesmo respaldo por parte do poder público.

De outra banda, impulsionados por movimentos como o Escola sem Partido (GUILHERME; PICOLI, 2018), religiosos neopentecostais e lideranças políticas e empresariais, os estudantes e seus familiares passaram a ver nos professores, bem como na ciência, na arte e na cultura, de forma geral, um inimigo a ser combatido. Sob a legitimação do combate a ‘perigos maiores’ invariavelmente invocados e tão antigos quanto vagos, os estudantes são incitados a denunciar seus professores, apontados como ‘doutrinadores’ socialistas, comunistas, globalistas, ateístas e integrantes de grupos sociais hostilizados, tais quais LGBTQI+, movimentos feministas, negros e povos tradicionais. Iniciativas como essa reavivam o avanço das ideologias totalitárias, travestidas de neutralidade política, conservadorismo e patriotismo e alimentadas pelo pânico moral disseminado na sociedade, subjacentes a perseguições ideológicas aos educadores.

Alheia a tal cenário, apesar de estar intimamente associada a ele, a lógica mercantil aplicada ao setor da educação exige dos professores o desempenho de suas atividades segundo padrões de eficiência norteados pela maximização da produtividade e minimização dos custos, desafiando as noções de qualidade do ensino, trabalho digno e cidadania. O fechamento das escolas e a estipulação de regime excepcional de teletrabalho atenderam às recomendações dos órgãos competentes, nacional e internacionalmente, para frear o avanço da pandemia e evitar o colapso no sistema de saúde. Para os docentes da rede pública estadual gaúcha, a suspensão das aulas presenciais importou numa intensificação ainda maior do trabalho.

De forma a mitigar os efeitos desse período de afastamento no cumprimento do ano letivo e em função das pressões advindas do mercado, grande parte das escolas recorreu à oferta de tarefas por via remota, mormente utilizando plataformas virtuais de Ensino à Distância (EaD). Dado que a rede pública estadual de ensino atende preponderantemente estudantes de baixa renda, é possível estimar que grande parte deles não consiga acessar as atividades EaD. Da mesma forma, a deterioração das condições econômicas anteriormente referidas permite dizer que uma parcela considerável dos docentes da rede estadual não tenha acesso à internet e, por conseguinte, das plataformas ou ambientes EaD. Ao lado disso, os mesmos fatores de precarização do trabalho docente também constituem entraves para que os professores aprimorem suas formações, capacitando-se para elaborar aulas e atividades virtuais ou utilizar tecnologias recentes em suas práticas pedagógicas.

Elaborar e disponibilizar as aulas à distância não é o único desafio que a COVID-19 agregou ao labor dos professores na rede pública estadual. Muitos, especialmente os envolvidos com funções administrativas em suas escolas, têm sido forçados a mantê-las abertas, seja para realizarem tarefas burocráticas, seja para participarem de campanhas de distribuição de alimentos, produtos de higiene e máscaras às comunidades. Estão, assim, expostos ao risco de contraírem o vírus e tornarem-se vetores de transmissão a seus familiares, muitos deles, quando não os próprios docentes, integrantes dos chamados grupos de risco (idosos e pessoas com condições imunossupressoras, por exemplo).

Em suma, pode-se afirmar que os efeitos da pandemia mundial de COVID-19 potencializaram um cenário de precariedades no qual “[o] governo agrava o pouco entusiasmo pela carreira docente, marcada por salários baixos, jornadas cansativas, pouco reconhecimento, reforça a falta de renovação e deixa dúvidas à sociedade gaúcha sobre o interesse e viabilidade em manter uma educação estadual pública no Rio Grande do Sul” (DIEESE, 2019, p. 14).

Os citados fatores de precarização do labor docente contrastam com as demandas do mercado por profissionais mais qualificados, em incessante aperfeiçoamento, com domínio das mais recentes tecnologias, multiversados e polivalentes. Essa contradição tornou-se insuportável com a pandemia e a conseqüente suspensão das atividades presenciais nas escolas. O modelo de liberdade, centrado na livre exploração da economia, e de igualdade, assentado em mecanismos meramente formais, cria um paradoxo desafiador. A reestruturação produtiva, a internacionalização do capital e a acumulação flexível acarretaram intensas mudanças, com fortes efeitos no campo social, gerando oportunidades para alguns e exclusão para outros. A lógica mercantil demanda enfraquecimento das instituições e diminuição do papel do Estado, simultâneo ao fortalecimento da iniciativa privada que reivindica o encolhimento dos direitos sociais (BOBBIO, 2004; 1997).

A incorporação de técnicas de gestão da força de trabalho e tecnologias relativas à era da informação descentraliza as atividades laborais, tornando a estrutura mais flexível, e intensifica a exploração da força de trabalho, aumentando sua intensidade. Em igual passo, promove a desregulamentação dos direitos trabalhistas, aumenta a fragmentação no interior da classe trabalhadora, incentiva a terceirização e a desvalorização da mão de obra e desagrega a organização sindical combativa (ANTUNES, 2005; HARVEY, 2012). As formas de contratação temporárias ou emergenciais passam a ser largamente adotadas, em relações dinâmicas, flexíveis e diretas. Essas exigências, contudo, não são compatíveis com os direitos e garantias dos professores, ou mesmo com os direitos sociais conquistados e protegidos em âmbito constitucional. Generalizam-se contratos de trabalho simplificados, temporários, de rotatividade elevada, remuneração baixa e contida e longas jornadas, embora os níveis de escolaridade e capacitação dos docentes não deixem de aumentar (POCHMANN, 2014). A precarização do trabalho, assim, assume um papel central no sistema capitalista contemporâneo, conseqüências necessárias da reestruturação produtiva. Ante esse patamar, os docentes devem se adaptar às exigências impostas pela flexibilização do mercado, ajustando-se à plena disponibilidade que lhes é exigida para adequar-se às flutuações de demanda (CASTEL, 1999).

Mészáros (2011) aponta que, diferente de outros momentos de crise em que havia intervalos cíclicos de expansão e recessão do sistema capitalista, o momento presente é de crise estrutural. Ao conceber a educação como setor de mercado, o trabalho docente fica atrelado às relações de produção e consumo, direcionadas à reprodução do capital e, assim, distanciando-se da satisfação de necessidades sociais, de desenvolvimento humano. A precarização do trabalho, convertido em mercadoria, desumaniza o trabalhador, subordinado aos imperativos do mercado. A crise estrutural não se restringe à esfera socioeconômica, abatendo-se sobre todo o processo de reprodução do sistema de valores do capital e as instituições que dele fazem parte.

Como respostas às sucessivas crises econômicas e em atenção às exigências da lógica mercantil aplicada à educação, verificam-se a intensificação do trabalho docente e o esgotamento financeiro, físico e psíquico dos professores. Essa intensificação os atinge duplamente, pressionados a aumentarem a produtividade de seu labor e, simultaneamente, relegados, nos dizeres de Gramsci (2001, p. 21), à condição de representantes “do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social”, impedidos de atuar com independência, liberdade e criticidade.

Bourdieu (1998) salienta que a intrínseca relação entre a mercantilização e a precarização do trabalho não acomete apenas a iniciativa privada, mas também o serviço público, porquanto “impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável” (BOURDIEU, 1998, pág. 120).

As ameaças de desemprego, as contratações por tempo determinado ou parcial, a baixa remuneração, a incerteza quanto à aposentadoria e a perda de benefícios objetivamente fomentam insegurança entre os docentes. Essa insegurança, porém, também se faz sentir, subjetivamente, entre aqueles que não estejam imediatamente afetados, e “está no princípio da desmoralização e da desmobilização” que prejudica a “capacidade de [o trabalhador] se projetar no futuro, a condição indispensável de todas as condutas ditas racionais, a começar pelo cálculo econômico, ou, em uma ordem completamente diferente, pela organização política” (BOURDIEU, 1998, p. 121-122). Nesse patamar, a pandemia de COVID-19 acrescentou e potencializou contradições que já vinham minando a natureza e as condições do trabalho docente nas últimas décadas.

Em suas reflexões sobre a pandemia, Agamben (2020, locais do Kindle 160) lança uma instigante provocação: “[o] medo é um mau conselheiro, mas faz aparecer muitas coisas que fingíamos não ver”. A inter-relação entre a sujeição do trabalho aos ditames do mercado, a insegurança – objetiva ou subjetivamente sentida – quanto ao futuro e a precarização acelerada do labor docente tornou-se insustentável. Com a pandemia, “o limiar que separa a humanidade da barbárie foi ultrapassado”. Desumanizados, desagregados e isolados, “cindimos a unidade de nossa experiência vital, que é sempre inseparavelmente corpórea e espiritual, em uma entidade puramente biológica, de um lado, e em uma vida afetiva e cultural, do outro” (AGAMBEN, 2020, locais do Kindle 267). Essa cisão está na raiz da alienação do trabalho que, limitado à sobrevivência do corpo biológico, ao invés de fonte de satisfação, autonomia e crescimento, é causa de sofrimento, submissão e degradação.

O insuportável está na contradição: em nome da sobrevivência do corpo biológico, o trabalho fatiga, exaure, mutila e abate o trabalhador. A pandemia evidenciou o que Mbembe (2018) chamou de necropolítica, frente à ideia da biopolítica foucaultiana. Dessa forma, não se trata da “preservação da vida, mas da prática de deixar morrer e de negar o processo de extermínio, adoecimento ou desproteção que leva à morte”, caracterizada “pela lentidão, pelo adiamento e pela manutenção de situações de miséria e desproteção” (DUNKER, 2020, locais do Kindle 34). A escola, aqui, desloca-se da esfera da biopolítica e, simultaneamente, como lugar de formação e exercício do trabalho precário, torna-se equipamento da necropolítica. Nesse local, quer físico, quer virtual, o trabalho que se vive e se ensina é instrumento de morte. Viver e ensinar esse trabalho, invariavelmente, faz dos trabalhadores do ensino público gaúcho ‘professores da peste’, um mal maior do que a pandemia, porque nela se imbricam a doença, o medo e a desumanização, escancarando uma barbárie em cujas fronteiras já habitávamos enquanto aprendíamos que a vida digna era prerrogativa de quem, por suposto mérito, era produtivo. A exigência incessante de produtividade converteu-se no definidor de quem se pode deixar morrer: os improdutivos, cuja vida representa um fardo aos demais. A peste transcende a pandemia quando a vida humana é circunscrita entre a biopolítica e a necropolítica, cujos dispositivos controlam os que podem viver, para que se extraia deles o máximo de sua produtividade, e decidem quem deve morrer, para aliviar dos demais o peso de sua existência.

Os docentes são pintados à sociedade como pertencentes ao segundo grupo, objetos da necropolítica. São tratados como descartáveis pelo “capitalismo do desastre, [...] esse oportunismo corporativo que olha para a dor e a necessidade e não se pergunta ‘como vamos resolver isso, como vamos salvar essas vidas?’ e sim ‘como posso enriquecer ainda mais em benefício de meus próprios interesses?’”. A precarização do trabalho docente compõe um sistema que criou as condições para a crise estrutural se aprofundar em meio à pandemia mundial, numa “lógica que pressupõe que as pessoas tenham casa e dinheiro para comida e que contem com os meios para se conectar com os outros” (DAVIS; KLEIN, 2020, locais do Kindle 99; 147-148), o que, em verdade, não têm.

Ao atingir o patamar da necropolítica, em meio à pandemia, a precariedade do trabalho docente tornou-se insuportável. Ante o exposto, compreende-se que, para enfrentar a pandemia, a precariedade, a crise e o medo, é necessária uma filosofia. Deleuze e Guattari (1992, p. 10) definem a filosofia como “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”. Essa arte é reivindicada por Giroux (1997) como ofício dos professores, que a praticam quando assumem todo seu potencial intelectual, numa definição diametralmente oposta à que o mercado, e sua lógica de maximização da produtividade, imprimem ao labor docente. Empenhados em unificar a vida que o sistema, em sua perversidade, cindiu, os professores da peste são os principais articuladores da transformação e da democratização social. Enfrentar esse cenário é possível, porque a vida existe ‘para além da biopolítica e da necropolítica [...] definida pela produção ou pelo consumo. Uma vida pode ser definida pela capacidade de sofrer e sonhar’ (DUNKER, 2020, locais do Kindle 34).

PALAVRAS-CHAVE: Precarização. Trabalho docente. Pandemia de COVID-19. Necropolítica.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Reflexões sobre a peste:** ensaios em tempos de pandemia (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder:** dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos:** táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1999.

DAVIS, Angela; KLEIN, Naomi. **Construindo movimentos** (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é filosofia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIEESE. **Qual a situação da categoria da educação do estado do Rio Grande do Sul?** Análise de Indicadores, Nov. 2019. Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, Escritório Regional do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.cnte.org.br/images/stories/2019/dieese_reformas_governo_rs_25112019.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **A arte da quarentena para principiantes** (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo Editorial, 2020. Edição do Kindle.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 2**: os intelectuais; o princípio educativo; jornalismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e230042, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782018000100234&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 maio 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed., São Paulo: n-1 edições, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

POCHMANN, Márcio. Terceirização desregulada e seus efeitos no mercado de trabalho no Brasil. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, Brasília, vol. 80, n. 3, jul/set 2014, p. 215-227. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71230/012_pochmann.pdf?sequence=1. Acesso em: 26 maio 2020.

SEFAZ-RS. Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul. **Estado esclarece mudanças nos contracheques dos servidores.** Porto Alegre, 28 abr. 2020. Disponível em: <https://www.fazenda.rs.gov.br/conteudo/13038/estado-esclarece-mudancas-nos-contracheques-dos-servidores>. Acesso em: 26 maio 2020.